AS INTERFACES ENTRE AS RELAÇÕES DE RAÇA E CLASSE PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Thais Figueiredo da Cruz[1]

RESUMO

A formação sócio-histórica brasileira é composta pela escravização de pessoas racializadas, aqui destacam-se negros sequestrados e trazidos em navios como mercadoria e mão de obra barata, além do genocídio e dependência a países centrais. Compreender esses pressupostos dá margem a discussão da questão racial nos tempos atuais, apontando o racismo e seu processo de desumanização de corpos negros como o principal divisor entre os que tem o direito de viver e os que não tem. Partindo do pressuposto de que o Brasil é historicamente marcado por estruturas de poder, como patriarcado, antagonismos de classe e racismo, para uma análise da realidade brasileira, é necessário o aprofundamento do debate de suas estruturas. O presente trabalho tem o intuito de compreender a questão racial como determinante da questão social brasileira, expondo a caracterização do racismo brasileiro, a relação com a questão social e a necessidade da incidência de tal discussão para o Serviço Social, tanto na formação, quanto no dia a dia profissional.

Palavras-chave: Questão racial; Questão social. Serviço Social.

ABSTRACT

The Brazilian socio-historical formation is composed by the enslavement of racialized people, here we highlight blacks kidnapped and brought on ships as merchandise and cheap labor, in addition to genocide and dependence on central countries. Understanding these assumptions gives rise to the discussion of the racial issue in current times, pointing to racism and its process of dehumanization of black bodies as the main divide between those who have the right to live and those who do not. Assuming that Brazil is historically marked by power structures, such as patriarchy, class antagonisms and racism, for an analysis of the Brazilian reality, it is necessary to deepen the debate on its structures. This paper aims to understand the racial issue as a determinant of the Brazilian social issue, exposing the characterization of Brazilian racism, the relationship with the social issue and the need for the incidence of such discussion for Social Work, both in training and in professional day to day.

Keywords: Racial issue; Social issues. Social service.

[1] Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: thais.cruz@ufv.br.

1 INTRODUÇÃO

Para compreender o Serviço Social brasileiro, torna-se necessário entender o processo político, social e econômico em que a América Latina perpassa, além de suas estruturas formadas por particularidades, visto que esta é marcada pela visão do colonizador. Sendo a América Latina um espaço de grande diversidade identitária, sua construção é marcada por significados e estruturas históricas.

Forjada no auge da expansão comercial por um capitalismo nascente, a América Latina se desenvolveu por uma estreita e eficiente consonância com a dinâmica capitalista internacional. Sendo uma colônia produtora, contribuiu com o aumento do fluxo de mercadorias, permitindo o crescimento do capital comercial e bancário do continente europeu, propiciando o desenvolvimento da revolução industrial (MARINI, 2017).

A dependência concebida nesse processo, deliberou tendências que introduziram a América Latina no mercado mundial. Por isso, compreender o Modo de Produção Capitalista e como se estrutura, perpassa pelo entendimento de estruturas de poder existentes entre o continente europeu e a América Latina, visto que tal processo criou raízes históricas estruturais, estabelecendo uma singular estrutura de relações de produção e dominação.

Tais estruturas não são apenas de cunho econômico, mas também políticas, sociais, de gênero, etnia, raça e regionalidade. As relações de poder construídas e circundadas pela colonização, vão para além da associação de capital e trabalho, considerando que o colonialismo exterminou milhões de vidas racializadas, de negros e indígenas, ao longo de todo o território latino americano.

Em relação ao Brasil, Nascimento (2016) exemplifica de maneira explícita o longo processo de genocídio da população sequestrada e trazida ao país, africanos e seus descendentes, formaram uma grande massa de trabalho escravo, tratados por ideiais desumanos. A construção do Brasil de hoje, é sob um longo processo de desumanização de negros e indígenas, sendo o papel do negro decisivo para o começo da história econômica do país, a partir de sua mão de obra.

A análise empreendida nesse artigo, centra-se na questão racial brasileira como um dos principais elementos estruturantes para a compreensão da realidade social, política e econômica do país. A partir do exercício de colocar a formação sócio-histórica brasileira, elencando a importância dos processos de colonização e dependência, para compreender a constituição da classe trabalhadora e dos antagonismos de classe, possibilitando a superação dos saberes eurocêntricos que nos marcam.

Perpassar por tais caminhos, evidencia a importância de se colocar como objeto de estudo o passado, para compreender suas refrações no presente. O colonialismo estruturou as relações sociais de tal forma, que se transformou em colonialidade, trazendo ao presente as relações de subalternidade aos seres racializados, por meio do racismo.

Diante disso, este trabalho objetiva compreender a questão racial como determinante da questão social brasileira. Visando expor como caracteriza o racismo no Brasil e sua relação direta com a questão social e seus precedentes históricos, problematizando a não incidência da discussão pelo Serviço Social.

Assim, o debate está sequenciado em três partes centrais: primeiro uma análise do Serviço Social Latino-americano e suas particularidades, devido a colonialidade tangente; segundo evidencia as relações existentes entre a questão racial brasileira e a questão social, compreendendo os processos de escravidão, genocídio e desumanização da população negra; e por último, se problematiza o racismo como produto das relações estruturantes da sociedade brasileira e sua relação com o Serviço Social.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Partindo do pressuposto de que o capitalismo se consolida pela estruturação do trabalho, assim como pelo controle das relações sociais da América, a estrutura de poder advinda das relações de etnia e raça, ordenado pela escravização e genocídio de pessoas racializadas, estruturaram o que entende-se por mercantilização do trabalho no modo de produção vigente.

Considerando o Serviço Social como uma profissão que em sua gênese está a contradição entre capital e trabalho, formando as expressões da questão social e tudo a ela envolto, torna-se essencial a compreensão das estruturas de poder existentes na sociedade capitalista, não se findando a análise economicista.

Nessa conjuntura, o surgimento do Serviço Social na América Latina acontece aproximadamente em 1925, ao ser criada a primeira escola no Chile, Castro (2000) explica tal processo como um mero reflexo de países europeus, como o Serviço Social Belga ou Francês e posteriormente aos Estados Unidos. Esse processo histórico é marcado pelo aparecimento de novas classes sociais, aumentando as desigualdades sociais e consequentemente a pobreza.

Todavia, isso não é um fator isolado no processo de industrialização e concentração de capital. Dessa maneira, a gênese do Serviço Social encontra-se na contradição entre capital e trabalho, mas para além disso, esta se materializa na alta concentração e centralização do capital, que consequentemente evidencia-se aumentando os antagonismos de classe.

A dinâmica de classes se marca não somente pela divisão, mas também por protestos e reivindicações a partir da organização da classe trabalhadora, que ao se influenciar por lutas de imigrantes europeus, exigem do Estado ações necessárias para o atendimento de demandas da realidade social de toda uma categoria de trabalhadores.

No Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, marcado por sua relação direta com a igreja católica e a caridade, a partir da utilização da moral religiosa como base para a compreensão da realidade enfrentada. Ademais, sabe-se que a categoria profissional surge como resposta do Estado, visando uma intervenção contínua e sistemática às expressões da questão social, por meio da concretização da ordem monopólica, o que faz com que a questão social se torne alvo de políticas sociais, caracterizada pela intervenção mínima, mas contínua e estratégica (NETTO, 2011).

Considerando que o Brasil não foi o centro da Revolução Industrial, suas vinculações capitalistas se expandiram de formas diferentes, se relacionado a

países centrais. Elencado a isto, Ianni (1989:68 e 69 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 72) exemplifica que

> [...] a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são momentos de um sentido geral da formação brasileira: uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos.

Dessa forma, a questão social, já existente porém ignorada, se manifestava pelo alto índice de pauperismo, principalmente pela população negra que foi usada até onde interessava à elite branca brasileira, depois jogada às ruas, não sofrendo o processo de incorporação à classe trabalhadora. Como explicam Behring e Boschetti (2016, p. 80):

> Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social.

Com o passar das décadas, o Serviço Social percorreu uma caminhada investigativa, para a construção de conexões entre a pesquisa e a categoria, visando questionar e reelaborar práticas e perspectivas teóricas que o aproximavam do conservadorismo imposto pela religião (JANUÁRIO; OLIVEIRA, 2018). Além disso, em virtude das particularidades dos países latinos americanos, esse processo de renovação não foi uma particularidade brasileira, devendo ainda ser analisado a partir do processo histórico em que a América Latina perpassa no momento, tanto econômico, quanto político e social.

> Nos marcos dos anos sessenta, incorriam mudanças significativas no cenário mundial em decorrência do colapso dos “trinta anos gloriosos do capitalismo” e das crises em seu processo de expansão. Essas mudanças repercutiram sobre a América Latina, que sob as pressões mundiais, sofria com os determinantes de uma relação de dependência com os países centrais e com as amarras imperialistas. É em meio a esse momento de confrontos, de movimentação americana em busca da garantia de hegemonia no continente e das mobilizações populares, que muitos dos países latino-americanos são assolados por estratégias repressivas e pela instauração de golpes de Estado que ocasionaram mudanças nas relações sociais e reverberaram sobre muitos campos profissionais, dentre eles, o Serviço Social (JANUÁRIO; OLIVEIRA, 2018, p. 3).

A questão social nesse período perpassa por grandes refrações, desencadeando contestações tanto da ordem burguesa, quanto da classe trabalhadora. Se por um lado a burguesia exigia a continuação da garantia de lucratividade nos processos capitalistas, os proletários buscavam garantias mínimas para sua reprodução social, fazendo-se necessário a reestruturação do Serviço Social, a partir do confrontamento às dimensões teóricas da igreja, exigindo um posicionamento crítico e político.

Segundo Netto (2005), o processo de renovação da profissão se constitui basicamente na construção de um pluralismo profissional, legitimando a prática profissional, validando a teoria e as matrizes teóricas relacionadas a ela. Esse processo se estrutura na coexistência de legitimação prática, validando a teoria, enquanto a profissão se definia como instituição. Seu maior traço é a análise crítica construída pelo Serviço Social, enquanto sujeito histórico.

Esse processo é complexo, pois se relaciona com muitos determinantes históricos, não somente do Brasil, mas também da América Latina, do continente europeu e posteriormente dos Estados Unidos. Além disso, Netto (2005) explica que a profissão enquanto se colocava como precursora de uma nova análise da realidade, também se colocava como objeto de sua pesquisa, ao se questionar e investigar, visando a ruptura ao conservadorismo.

A ruptura se caracteriza também pela aproximação do Serviço Social com o marxismo, assim como lutas e organizações dos movimentos sociais, organizados pela classe trabalhadora, visando a defesa de direitos básicos à todos, como moradia, alimentação, educação, transporte e trabalho. O processo de reconceituação trouxe ao Serviço Social questionamentos indispensáveis para a compreensão da realidade social em que a profissão se encontrava.

Estariam suas finalidades, materialidade, fundamentos, procedimentos operativos e dimensões teóricos metodológicos obsoletos? Segundo Iamamoto (2018) a construção do Serviço Social latino-americano afirma compromisso com a classe dos oprimidos pelo capital, a partir de sua reformulação, teórico e prática, visando a transformação social, ao atribuir caráter científico às atividades, negando a neutralidade.

Todo o processo é marcado pela incidência da Ditadura Militar e suas décadas de expansão monopolista e reorganização estatal. Tais condições históricas marcam a categoria, assim como possibilitam a fortificação de seu processo de reconstrução, aumentando sua consciência política, se aliando aos movimentos sociais e consequentemente à classe trabalhadora.

É nesse contexto que ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, popularmente conhecido como Congresso da Virada. Januário e Oliveira (2018) explicam esse momento histórico como uma virada no projeto profissional da categoria, elaborando propostas de atuação profissional que fossem alinhadas à realidade brasileira, por meio da revisão das perspectivas tradicionais, abrindo possibilidades de avanços políticos, teóricos e metodológicos da categoria.

Ao assumir o desafio de reavaliação da profissão, a categoria se propõe a reconhecer as relações de poder existentes na sociedade brasileira, portanto não deve se limitar às relações econômicas, mas também de raça, etnia, gênero e regionalidade, características centrais da formação sócio histórica brasileira.

2.1 Questão racial como determinante da questão social brasileira

> Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o multilado - aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva - eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres”. Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassínio coletivo. [...] Em 1888, se repetiria o mesmo ato “libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres” (NASCIMENTO, 2016, p.79).

No colonialismo o corpo negro era privado de vontades, vistos somente como serem sem alma, indignos e mão de obra barata, servindo ao branco europeu à custa de suas vidas. A branquitude, em sua constituição, construiu também a diferenciação de seres dignos e indignos, subsidiando o racismo e as noções de etnia e raça existentes na contemporaneidade.

Almeida (2019) compreende por racismo a maneira sistemática de discriminação, tendo a raça como fundamento e se manisfetando através de práticas conscientes ou inconscientes, culminando privilégios ou desvantagens para os indivíduos. Considerando a raça e o racismo princípios constitutivos e essenciais para a formação do país, o racismo pode ser analisado como algo que

> [...] estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não têm, haja vista o conflito entre forças do Estado e populações negras periféricas das grandes cidades brasileiras, expresso no que tem sido nomeado como genocídio da juventude negra. O racismo também será um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não o podem (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020, p. 11).

Nessa perscpectiva, a identidade nacional é marcada pelo genocídio de pessoas racializadas, tanto dos povos originários, quanto de povos sequestrados e trazidos ao Brasil com o intuito de servir de mão de obra barata. O processo de colonização por si só não é de forma alguma aceitável, todavia este não se extinguiu em 1888, formando a colonialidade "[...] uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais [...]" (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 36).

A colonialidade elenca o genocídio de pessoas racializadas da modernidade, a partir da alta repressão estatal por meio da segurança pública e a negação de direitos sociais como educação, moradia, transporte, saúde e assistência. Analisando a partir da perspectiva negra, o racismo engendrado na sociedade estabelece uma relação direta entre a questão social e a questão racial.

Essa vinculação direta se estrutura nas relações sociais que permeiam o desenvolvimento da sociedade, por meio da contradição imposta a elas. Considerando que a identidade nacional foi criada em estruturas de poder, dentre as quais destaco a raça, por meio da subordinação de um grupo social sobre o outro, elencando às pessoas racializadas problemas que transcendem a questão econômica, ao mesmo tempo em que não se distinguem.

A questão social, reconhecida somente décadas depois da abolição da escravatura, já se materializou em traços da sociedade escravocrata brasileira, todavia, como reconhecer a questão social que afeta pessoas de cor, se estas não

eram consideradas seres humanos e sim mercadorias? O sequestro da população negra de seu continente, o cárcere privado, o trabalho forçado em condições desumanas, a sexualização e estrupro de mulheres negras e toda a violência imposta pelos brancos colonizadores, são justificadas pelo racismo e a concepção de uma raça ser superior a outra.

Tais processos são provas de que o equilíbrio social brasileiro nunca existiu, por isso não pode ser compreendido sua eminência somente a partir da industrialização tardia da sociedade. A desigualdade social, econômica, política e cultural é um fator estrutural que encontra-se (no mínimo) desde a exploração, no século XV, advinda do continente europeu.

Dessa forma, conforme exemplifica Iamamoto (2018, p. 209):

> Sabe-se que a questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas.

O levantamento de questões sobre o significado e importância do colonialismo para a sociedade brasileira, partindo de uma análise que coloca os processos latino-americanos no centro, visando compreender a realidade a partir dos países subalternizados, indica o que Maldonado-Torres (2005 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 105) chama de giro decolonial, compreendido por um movimento de resistência teórico, prático, político e epistemológico, negando o pensamento branco hegemônico imposto e compreendendo a importância e necessidade da descolonização do pensamento a partir do olhar crítico a respeito das relações sociais latino-americanas.

Dessa forma, considerando as especificidades da questão social brasileira, é necessário compreender que a questão racial não é uma expressão da questão social, considerando que na sociedade brasileira, a questão racial antecedeu (no mesmo período em que sustentou) o antagonismo entre as classes.

Gonçalves (2018) explica que o caminho de reconhecimento da questão social se deriva do processo de transição em que a população negra perpassava, de

escravidão ao trabalho "livre", tornando-se a população negra incapaz de participar de maneira efetiva da classe trabalhadora.

"[...] os(as) negros(as) ou estavam destinados a morrer, com vidas nuas, supérfluas e, portanto, facilmente descartáveis ou se constituíam como um viveiro de mão-de-obra barata, como reserva da reserva [...]" (GONÇALVES, 2018, p. 518). Por isso, não há possibilidade de compreender o processo de industrialização e formação da classe trabalhadora sem analisar como a população negra se materializou e ainda se materializa nesse espaço.

Nesse momento, a população negra tornou-se "[...] alvo prioritário das caridades (e de certa dose de eugenia) do Estado, especialmente no que compete à Assistência Social. Estava traçado o inevitável encontro entre o Serviço Social e as classes perigosas" (GONÇALVES, 2018, p. 518). É o que Iamamoto e Carvalho (2007) compreendem por departamento especializado de ação social, embasado na doutrina social, tratando a questão social como um problema de ordem moral. Dessa forma, como exposto,

> Para situar o significado da profissão de Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, faz-se necessário, inicialmente, procurar apreender o movimento no qual e através do qual se engendram e se renovam as relações sociais que peculiarizam a formação social capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 29).

Sendo o Serviço Social uma profissão que desempenha o papel e responsabilidade de intervenção na vida dos trabalhadores, considerando tais particularidades históricas e relações de poder, é válido apontar que a intervenção deve incluir a todos, respeitando suas particularidades e assimilando que o racismo é estrutural e institucional e por isso, a categoria não está imune.

2.1.1 O racismo como produto das relações estruturantes do Brasil e o Serviço Social

Na perspectiva do racismo institucional, o racismo não deve ser resumido somente por comportamentos individuais, "mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere,

ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça" (ALMEIDA, 2019, p. 29). Dessa forma, o domínio de um indivíduo pelo outro se dá por meio de parâmetros discriminatórios, que se baseiam na raça, mantendo a hegemonia de um grupo social sob o outro.

Almeida (2019) explica que o imperativo de padrões racistas, por parte das instituições, é vinculado à ordem social vigente, fazendo com que as instituições se somente materializam uma estrutura social, que tem o racismo como um de seus componentes. Por isso, entende-se que as instituições são racistas, porque a sociedade e sua ordem social é racista.

> O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p.38).

Captando o significado de racismo e seus determinantes, o Serviço Social ao fomentar seu compromisso com a classe trabalhadora, concebe também a necessidade de transcender sua discussão para além da discussão de classe. Considerando que o público majoritário da classe trabalhadora é negro, sobretudo, mulheres, e são estes que acessam benefícios e serviços ofertados pelos aparatos sociais.

A discussão da questão étnico-racial pela categoria se relaciona com a necessidade da colaboração de forma socioeducativa, produzindo conhecimento crítico, com o objetivo de construir maneiras alternativas de combater ações estereotipadas e preconceituosas pelo profissional ao usuário.

Nessa perspectiva, Costa (2017) exemplifica que a falta de problematização dos profissionais com as questões relacionadas a raça e gênero geram possibilidades que beiram a descriminação, como negligenciar os usuários ou utilizar-se do senso comum (que se estrutura no racismo), reproduzindo concepções acríticas e discriminatórias.

> O Serviço Social, por sua vez, com sua perspectiva de defesa de direitos do "cidadão", necessita estar constantemente atento a este aspecto, com o risco de estar referendando, em seus processos de trabalho, o engodo da noção legalista. Sob o viés da "defesa dos direitos", numa perspectiva legalista

> formal, massificam-se, portanto, identidades, desconsidera-se a realidade ainda díspar como a vivenciada pela população negra e com mais afinco pelas mulheres negras (COSTA, 2017, p. 239).

A construção de conhecimento crítico sobre a questão racial brasileira para o Serviço Social é o reconhecimento de uma parte da população, que mesmo que seja a maioria, ainda sofre com o silenciamento. Por isso, contribuir para o debate é colaborar com a construção do reconhecimentodo negro no Brasil, corroborando com o combate ao racismo.

3 CONCLUSÃO

Considerando as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, é imperioso para o Serviço Social a discussão das relações de raça, transcendendo a discussão puramente economicista, com o intuito de expandir o debate e abarcar essa parte da população que sofre com o silenciamento, exclusão e desumanização diariamente.

Não há como travar um compromisso com a classe trabalhadora e suas lutas sociais, sem discutir sobre as questões de raça que permeiam a sociedade. O compromisso com tal discussão perpassa por todos os âmbitos do Serviço Social, como a formação, o dia a dia profissional e a docência. É preciso que a categoria mantenha as dimensões do racismo, no horizonte de análise e luta, além da constante lembrança da lógica colonialista em que o Brasil vive.

Deve-se ter em mente que o antirracismo não está somente em reconhecer a existência do racismo na sociedade, é preciso compreender como ele se mantém e fortalece diariamente, por meio de ações de um Estado Neoliberal, alimentando as desigualdades e fortalecendo as diferenciações de gênero e raça. O compromisso com a classe trabalhadora perpassa em compreender que esta tem cor e é negra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão** - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago/2017.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.18, n.2, P. 204-226, ago a dez/ 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JANUÁRIO, Lohana Lemos; OLIVEIRA, Inaê Soares. **A "Virada" do Serviço Social Brasileiro, o Novo Projeto Profissional e a Centralidade Da Categoria Pesquisa na Formação Profissional.** *In:* Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/25079/17257>. Acesso em: 05 ago 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 27-53.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO:** Processo de um Racismo Mascarado. 3. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. *Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.